



Universidade Estadual
de Santa Cruz - UESC

RCS&N

Revista Ciências Sociais & Negócios

Volume 1, n.1, 2026

Editora-chefe: **Dra. Josefa Sônia Pereira da Fonseca**

Empreendedorismo e educação empreendedora no nordeste brasileiro: ecossistemas, transformação territorial e pedagogias contextualizadas

Jacinto Jardim

Universidade Aberta de Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-0600-3128>

jacinto.jardim@uab.pt

Recebido em: 17/01/2026

Aprovado em: 02/06/2026

Publicado em: 02/07/2026



Declaração de uso da inteligência artificial

Durante a redação deste artigo, não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial em nenhuma etapa do processo. Todas as ideias, análises e interpretações são de autoria dos(as) pesquisadores(as), que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo. Esta prática está em conformidade com os princípios de integridade acadêmica e das boas práticas editoriais.



Empreendedorismo e educação empreendedora no nordeste brasileiro: ecossistemas, transformação territorial e pedagogias contextualizadas

Jacinto Jardim¹

RESUMO

A educação empreendedora em territórios marcados por desigualdades estruturais exige abordagens capazes de articular aprendizagem, ecossistemas regionais e dinâmicas socioculturais locais. Este estudo analisa experiências apresentadas no 35.º Fórum Internacional Permanente de Educação para o Empreendedorismo (Fipee), realizado online sobre o empreendedorismo no Nordeste brasileiro, em diálogo com dados do Global Entrepreneurship Monitor Brasil 2024. A investigação adota uma abordagem qualitativa, documental e interpretativa, baseada na análise temática de relatos, documentos institucionais e evidências do fórum. Os resultados indicam que as iniciativas de maior potencial transformador são aquelas que articulam competências empreendedoras, redes institucionais, inclusão produtiva e valorização das identidades territoriais. O estudo consolida três conceitos autorais: educação empreendedora situada, pedagogias territorializadas e educação empreendedora como infraestrutura social. Propõe-se ainda o Modelo Sistêmico de Educação Empreendedora Territorializada, segundo o qual a eficácia da educação empreendedora depende da sua integração

¹ Universidade Aberta de Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0600-3128>
jacinto.jardim@uab.pt

com ecossistemas regionais, políticas públicas, redes colaborativas e práticas pedagógicas enraizadas nos territórios. Conclui-se que o Nordeste brasileiro deve ser compreendido não apenas pelas suas vulnerabilidades históricas, mas também como espaço produtor de inovação pedagógica, criatividade comunitária e desenvolvimento empreendedor territorializado.

Palavras-chave: educação empreendedora situada; pedagogias territorializadas; ecossistemas empreendedores; desenvolvimento territorial; inclusão produtiva; Nordeste brasileiro

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, a educação empreendedora consolidou-se internacionalmente como uma das áreas emergentes mais relevantes na interseção entre educação, inovação, desenvolvimento econômico e transformação social. Inicialmente associada predominantemente à criação de empresas e ao desenvolvimento de competências de gestão, a área passou gradualmente a incorporar abordagens mais amplas, integrando criatividade, resolução de problemas, autonomia, colaboração, pensamento crítico e competências socioemocionais (Fayolle, 2013; Lackéus, 2015; Nabi et al., 2017). Paralelamente, os estudos mais recentes têm evidenciado que os impactos da educação empreendedora dependem fortemente dos contextos territoriais, culturais e institucionais onde as práticas educativas são implementadas (Thomassen et al., 2020; Jardim & Sousa, 2023).

Neste contexto, ganha relevância crescente a discussão sobre a necessidade de ultrapassar modelos universalistas e descontextualizados de educação empreendedora, especialmente em regiões periféricas marcadas por desigualdades estruturais, informalidade econômica, fragilidades institucionais e exclusão

social. Em muitos territórios latino-americanos, o empreendedorismo emerge simultaneamente como estratégia de sobrevivência, mecanismo de inclusão produtiva e possibilidade de transformação comunitária. Tal realidade exige abordagens educativas capazes de dialogar com as identidades locais, os ecossistemas regionais e os desafios concretos vividos pelas populações.

Os dados do Global Entrepreneurship Monitor Brasil 2024 revelam precisamente este cenário paradoxal. O país apresentou crescimento significativo da atividade empreendedora, atingindo 33,4% da população adulta envolvida em negócios iniciais ou estabelecidos, o equivalente a aproximadamente 46,9 milhões de brasileiros. Simultaneamente, a taxa de empreendedores potenciais alcançou 49,8%, indicando forte expansão do interesse em empreender. O relatório evidencia ainda o crescimento do empreendedorismo entre mulheres, pessoas mais velhas, indivíduos com baixa escolaridade e grupos socialmente vulneráveis, demonstrando que o empreendedorismo brasileiro continua profundamente atravessado por tensões entre oportunidade, necessidade, inclusão e precariedade.

No Nordeste brasileiro, estas dinâmicas assumem contornos ainda mais complexos. Apesar da persistência de desigualdades históricas, a região apresenta crescente dinamismo associado à economia criativa, turismo, bioeconomia, agronegócio familiar, energias renováveis e novos ecossistemas de inovação. As experiências analisadas no Fipee mostram que diferentes estados nordestinos vêm desenvolvendo iniciativas que articulam escolas, universidades, Sebrae, governos locais, incubadoras e organizações comunitárias em torno de práticas educativas territorialmente contextualizadas.

A análise destas experiências permite observar um deslocamento conceitual importante: o empreendedorismo deixa de ser compreendido apenas como formação empresarial e passa a assumir uma função educativa, comunitária e territorial. Em vez de

modelos centrados exclusivamente na criação de negócios, emergem práticas voltadas para protagonismo juvenil, inclusão produtiva, projeto de vida, inovação social e fortalecimento das redes locais. Neste sentido, o empreendedorismo aproxima-se de uma perspectiva transformadora da educação, dialogando com autores como Freire (1996) e Mezirow (2000), para os quais a aprendizagem ganha sentido quando conectada às experiências concretas dos sujeitos e às possibilidades de transformação da realidade.

É neste enquadramento que o presente estudo propõe três conceitos autorais centrais. O primeiro é o de educação empreendedora situada, entendido como um processo educativo enraizado nos contextos socioterritoriais e orientado para problemas, potencialidades e identidades locais. O segundo conceito corresponde às pedagogias territorializadas, caracterizadas por metodologias ativas, aprendizagem experiencial e articulação entre escola, comunidade e território. O terceiro conceito - educação empreendedora como infraestrutura social - constitui o principal contributo conceptual do artigo, defendendo que a educação empreendedora pode funcionar como mecanismo de fortalecimento do capital social, das redes colaborativas e da coesão territorial, especialmente em contextos periféricos.

Com base nesta perspectiva, o estudo propõe o Modelo Sistémico de Educação Empreendedora Territorializada, no qual competências empreendedoras, ecossistemas regionais, inclusão social e transformação territorial sustentável se articulam de forma interdependente. O modelo parte da premissa de que a eficácia da educação empreendedora em territórios vulnerabilizados depende da integração sistémica entre práticas pedagógicas contextualizadas, redes institucionais, políticas públicas e dinâmicas comunitárias.

A questão que orienta este estudo é: de que modo a educação empreendedora situada pode contribuir

para o fortalecimento dos ecossistemas regionais e para o desenvolvimento territorial no Nordeste brasileiro?

Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem qualitativa, documental e interpretativa, baseada na análise temática dos documentos e experiências apresentados no 35.º Fipee, complementada pela utilização de dados do GEM Brasil 2024. A análise procura identificar padrões, categorias emergentes e dinâmicas territoriais associadas à educação empreendedora no Nordeste brasileiro, contribuindo para ampliar o debate internacional sobre empreendedorismo, desenvolvimento regional e inovação social a partir de uma perspectiva latino-americana crítica e territorialmente situada.

Do ponto de vista científico, o estudo procura contribuir para três debates principais. Primeiro, amplia a literatura sobre ecossistemas empreendedores ao enfatizar a centralidade das dimensões educativas, culturais e comunitárias nos processos de desenvolvimento territorial. Segundo, reforça a necessidade de compreender a educação empreendedora para além de abordagens economicistas e descontextualizadas. Terceiro, propõe uma leitura do empreendedorismo enquanto infraestrutura social de desenvolvimento, especialmente relevante para territórios periféricos marcados por desigualdades estruturais e vulnerabilidade social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Ecossistemas empreendedores, território e desenvolvimento regional

A literatura sobre empreendedorismo tem vindo a deslocar-se de abordagens centradas no indivíduo empreendedor para perspetivas sistémicas, relacionais e territoriais. O empreendedorismo não depende apenas de características pessoais ou oportunidades

de mercado, mas da interação entre instituições, políticas públicas, cultura, redes, capital humano, conhecimento e condições territoriais (Guerrero et al., 2020; Stam, 2015).

A noção de ecossistema empreendedor permite compreender essa complexidade. Os ecossistemas correspondem a configurações de atores e recursos que, num determinado território, criam condições para o surgimento, desenvolvimento e sustentabilidade de iniciativas empreendedoras. Universidades, empresas, governos, incubadoras, organizações de apoio, escolas, comunidades e redes colaborativas não atuam de forma isolada; produzem, em conjunto, ambientes mais ou menos favoráveis à inovação e ao desenvolvimento regional.

Esta leitura aproxima-se da perspectiva da tripla hélice, ao destacar a interação entre universidade, governo e setor produtivo como motor da inovação. Contudo, em territórios marcados por desigualdades persistentes, esta abordagem precisa de ser ampliada. A sociedade civil, a cultura local, as redes comunitárias, a economia solidária e os saberes territoriais tornam-se dimensões decisivas para compreender a forma como o empreendedorismo se estrutura e produz efeitos sociais.

Neste sentido, o conceito de *territorial embeddedness* é particularmente relevante. O empreendedorismo ocorre sempre em territórios concretos, atravessados por histórias, identidades, assimetrias, recursos e instituições. A criação de valor empreendedor depende, por isso, da capacidade de mobilizar capital social, conhecimento local, redes de confiança e oportunidades situadas. Esta perspectiva dialoga com Jardim (2020), ao compreender as regiões empreendedoras como sistemas territoriais nos quais cultura empreendedora, políticas públicas, capital humano, universidades e redes colaborativas se articulam para favorecer processos de inovação e desenvolvimento.

Os dados do GEM Brasil 2024 reforçam esta leitura territorial e sistêmica. O relatório mostra que o empreendedorismo brasileiro envolve 33,4% da população adulta, correspondendo a cerca de 46,9 milhões de pessoas envolvidas em negócios iniciais ou estabelecidos. Esta magnitude revela que o empreendedorismo constitui não apenas fenómeno económico, mas também dimensão estruturante das trajetórias sociais, laborais e comunitárias no país.

Contudo, estes dados também evidenciam tensões relevantes. Em 2024, aproximadamente 45% dos empreendedores iniciais começaram um negócio por necessidade, após um aumento de 6,1 pontos percentuais face ao ano anterior. Esta informação aponta para o facto de, em territórios vulnerabilizados, o empreendedorismo expressar tanto oportunidade e inovação quanto precariedade, sobrevivência económica e ausência de alternativas formais de trabalho.

No Nordeste brasileiro, esta tensão ganha especial relevância. O 35.º Fipee evidenciou que a região apresenta simultaneamente dinamismo económico, diversificação produtiva e emergência de novos ecossistemas, mas continua marcada por desigualdades estruturais, informalidade, fragilidades educacionais e dificuldades de acesso a financiamento. Por isso, o empreendedorismo nordestino deve ser compreendido como fenómeno territorialmente situado, atravessado por recursos locais, redes institucionais, cultura comunitária e desafios históricos.

2.2 Educação empreendedora situada

A educação empreendedora consolidou-se nas últimas décadas como campo interdisciplinar orientado para o desenvolvimento de competências, atitudes e capacidades de ação em contextos de incerteza. A área evoluiu de uma perspectiva centrada na criação de empresas para abordagens mais amplas, associadas

à criatividade, autonomia, colaboração, resolução de problemas, aprendizagem experiencial e formação cidadã (Fayolle, 2013; Nabi et al., 2017; Jardim & Sousa, 2023).

Esta evolução permite compreender a educação empreendedora não apenas como formação para o mercado, mas como processo de desenvolvimento humano e territorial. A distinção entre ensinar *sobre*, *para* e *através* do empreendedorismo ajuda a clarificar esta mudança. Enquanto o ensino sobre empreendedorismo privilegia conhecimentos conceptuais, e o ensino para o empreendedorismo prepara para a criação de negócios, o ensino através do empreendedorismo valoriza experiências práticas, problemas reais, projetos colaborativos e aprendizagem situada.

É neste quadro que se propõe o conceito de “educação empreendedora situada”. Este conceito designa uma prática educativa enraizada nos contextos socioterritoriais, orientada para o desenvolvimento de competências empreendedoras em diálogo com problemas, recursos, identidades e oportunidades locais. Trata-se de uma abordagem que reconhece que a aprendizagem empreendedora não ocorre de forma abstrata, mas em relação com comunidades, instituições, culturas e ecossistemas concretos.

A relevância deste conceito é reforçada pelos dados do GEM Brasil 2024. O relatório mostra que 67,4% da população adulta brasileira afirma possuir conhecimento, habilidade e experiência necessários para iniciar um negócio, enquanto 49,8% dos não empreendedores declaram intenção de empreender nos próximos três anos. Estes indicadores revelam uma disposição empreendedora significativa, mas também colocam uma questão educativa central: como transformar intenção, autoconfiança e motivação em iniciativas sustentáveis, inclusivas e socialmente relevantes?

A resposta passa por modelos formativos que ultrapassem a transmissão técnica de conteúdos. O próprio GEM Brasil 2024 mostra que, embora 74,6% dos

empreendedores iniciais afirmem empreender para “fazer diferença no mundo”, 73,9% também indicam fazê-lo para “ganhar a vida porque os empregos são escassos”. Esta coexistência entre propósito transformador e necessidade econômica revela a importância de uma educação empreendedora capaz de trabalhar competências técnicas, socioemocionais, éticas e comunitárias.

Neste sentido, Jardim (2021) propõe um quadro de competências empreendedoras ajustado ao mundo global e digital, destacando dimensões como criatividade, iniciativa, resiliência, colaboração, pensamento crítico e capacidade de ação. Estas competências são particularmente relevantes em territórios onde os sujeitos precisam não apenas de criar negócios, mas também de construir alternativas de vida, participar em redes locais e responder a desafios comunitários.

As experiências analisadas no 35.º Fipee confirmam esta orientação. A educação empreendedora foi associada ao desenvolvimento de resiliência, autoconfiança, autonomia, pensamento crítico, competências socioemocionais e aprendizagem experiencial. Assim, a educação empreendedora situada emerge como conceito central para interpretar práticas formativas que articulam desenvolvimento pessoal, protagonismo juvenil, inclusão produtiva e transformação territorial.

2.3 Pedagogias territorializadas

O segundo conceito autoral mobilizado neste artigo é o de pedagogias territorializadas. Este conceito refere-se a práticas pedagógicas que integram metodologias ativas, aprendizagem experiencial, projetos reais e participação comunitária, tendo como referência os problemas, culturas, recursos e potencialidades dos territórios.

As pedagogias territorializadas diferenciam-se de abordagens padronizadas porque não tratam

o território apenas como local de aplicação de programas educativos. Pelo contrário, reconhecem-no como espaço epistemológico, cultural e político da aprendizagem. O território torna-se fonte de problemas, repertórios, narrativas, identidades e oportunidades. Esta perspectiva dialoga com Freire (1996), ao valorizar a leitura crítica da realidade, e com Mezirow (2000), ao compreender a aprendizagem como processo transformador.

No campo da educação empreendedora, esta abordagem aproxima-se das perspectivas que valorizam metodologias ativas, aprendizagem baseada em projetos, empresas simuladas, desafios de inovação, laboratórios territoriais e articulação entre escola, comunidade e ecossistema. Jardim e Sousa (2023) mostram que as tendências internacionais da educação empreendedora apontam precisamente para metodologias experienciais, digitalização, competências transversais e ligação a problemas reais.

As evidências do 35.º Fipee permitem concretizar este conceito. O fórum identificou práticas como o Projeto Despertar, olimpíadas de empreendedorismo, empresas simuladas, projeto de vida, formação docente, BNCC, competências socioemocionais e articulação entre educação integral, educação profissional e educação empreendedora. Estas experiências revelam que a educação empreendedora ganha densidade quando se aproxima da vida concreta dos estudantes, das instituições locais e das oportunidades territoriais.

A experiência de Pernambuco, por exemplo, evidencia a ligação entre educação integral, projeto de vida, mundo do trabalho e permanência escolar. Sergipe, por sua vez, destaca-se pela institucionalização curricular do empreendedorismo no ensino médio, formação docente e validação pelo Conselho Estadual de Educação. O Rio Grande do Norte evidencia a centralidade da escola pública, das empresas simuladas e das olimpíadas empreendedoras como dispositivos de protagonismo juvenil.

Estas experiências sugerem que as pedagogias territorializadas não são apenas metodologias didáticas, mas formas de mediação entre educação, comunidade e desenvolvimento regional. Elas tornam possível que os estudantes interpretem problemas locais, desenvolvam competências empreendedoras e participem de redes colaborativas. Esta dimensão é particularmente importante em territórios onde o empreendedorismo aparece, muitas vezes, como resposta à escassez de oportunidades, mas pode tornar-se também instrumento de criação coletiva de valor.

A partir da articulação entre literatura sobre ecossistemas empreendedores, desenvolvimento territorial e educação empreendedora, propõe-se um modelo conceitual que interpreta a aprendizagem empreendedora como processo territorialmente situado, mediado por redes institucionais, competências empreendedoras e dinâmicas colaborativas locais. O modelo sintetiza a tese central deste estudo: a educação empreendedora produz maior impacto transformador quando integrada aos ecossistemas territoriais e às especificidades socioculturais dos territórios.

2.4 Educação empreendedora como infraestrutura social

O terceiro conceito autoral proposto é o de educação empreendedora como infraestrutura social. Esta ideia constitui o contributo conceptual mais original do artigo. Defende-se que, em territórios periféricos, a educação empreendedora pode funcionar como infraestrutura imaterial de desenvolvimento, ao fortalecer redes, competências, confiança, participação comunitária e articulação institucional.

Tradicionalmente, o conceito de infraestrutura é associado a dimensões materiais, como transportes, energia, comunicações ou equipamentos públicos. Contudo, em processos de desenvolvimento

territorial, também existem infraestruturas sociais: redes de cooperação, instituições educativas, capital social, cultura colaborativa, capacidade organizativa e mecanismos de aprendizagem coletiva. A educação empreendedora pode atuar precisamente nesse plano, criando condições para que pessoas, instituições e comunidades convertam recursos locais em oportunidades de desenvolvimento.

Esta perspectiva amplia a visão convencional da educação empreendedora. Em vez de a compreender apenas como formação individual para abrir negócios, propõe-se entendê-la como dispositivo coletivo de fortalecimento territorial. Quando integrada a escolas, universidades, Sebrae, municípios, incubadoras, políticas públicas e organizações comunitárias, a educação empreendedora pode contribuir para criar ecossistemas mais colaborativos, inclusivos e resilientes.

Os dados do GEM Brasil 2024 reforçam esta necessidade. Embora o país apresente elevada atividade empreendedora, a formalização continua limitada: em 2024, apenas 39,0% dos empreendedores iniciais possuíam CNPJ. Além disso, a geração de ocupações revela forte presença do empreendedor solo: 42,5% dos empreendedores novos e 30,8% dos estabelecidos não geraram ocupações além da própria. Estes dados mostram que o desafio não é apenas estimular a intenção empreendedora, mas criar condições educativas, institucionais e territoriais para qualificar, formalizar e sustentar as iniciativas.

Também a transformação digital reforça esta discussão. Segundo o GEM Brasil 2024, 96,2% dos empreendedores iniciais já utilizam tecnologias digitais ou aplicativos para vender produtos e serviços, e 81,9% pretendem ampliar esse uso nos seis meses seguintes. Este dado revela oportunidades significativas, mas também exige competências, formação, acesso, literacia digital e suporte institucional. A educação empreendedora, entendida como infraestrutura social,

pode mediar esta transição, evitando que a digitalização amplie desigualdades já existentes.

As experiências do 35.º Fipee confirmam esta função infraestrutural. O fórum evidenciou que as práticas mais consistentes foram aquelas em que escolas, universidades, Sebrae, governos e comunidades atuaram de forma articulada. A educação empreendedora aparece, assim, como mecanismo de conexão entre atores, saberes, políticas e territórios.

2.5 Modelo Sistêmico de Educação Empreendedora Territorializada

A partir dos três conceitos anteriores, este artigo propõe o Modelo Sistêmico de Educação Empreendedora Territorializada. O modelo organiza a tese central do estudo: a eficácia da educação empreendedora em territórios periféricos depende da sua integração sistêmica com ecossistemas regionais, redes institucionais e práticas pedagógicas territorializadas.

O modelo articula cinco dimensões principais. A primeira é a educação empreendedora situada, que constitui o ponto de partida formativo. A segunda corresponde às competências empreendedoras, entendidas como capacidades de criatividade, autonomia, colaboração, resolução de problemas e ação em contextos de complexidade. A terceira dimensão refere-se aos ecossistemas regionais, compostos por escolas, universidades, Sebrae, incubadoras, políticas públicas e redes territoriais. A quarta dimensão integra inclusão social e inovação territorial, expressa em participação comunitária, inclusão produtiva, economia criativa e inovação social. A quinta dimensão corresponde à transformação territorial sustentável, associada ao desenvolvimento regional, fortalecimento comunitário, sustentabilidade e coesão territorial.

O contexto territorial periférico envolve todo o modelo, incluindo valores locais, identidade territorial,

capital social, cultura, desigualdade estrutural, vulnerabilidade e inovação comunitária. Esta moldura é decisiva: não se trata de aplicar um modelo universal a qualquer território, mas de compreender como as práticas educativas se reconfiguram quando entram em diálogo com realidades socioculturais concretas.

Assim, o modelo permite compreender que a educação empreendedora situada não atua isoladamente. Ela desenvolve competências, fortalece ecossistemas, ativa redes colaborativas, amplia inclusão produtiva e pode gerar efeitos territoriais cumulativos. A relação entre educação e território é, portanto, circular: a educação transforma o território, mas também é transformada por ele.

Esta perspectiva oferece um contributo para a literatura internacional ao propor uma leitura da educação empreendedora como prática situada, pedagogia territorializada e infraestrutura social. Ao fazê-lo, o artigo posiciona o Nordeste brasileiro não apenas como objeto empírico de análise, mas como espaço produtor de conhecimento sobre empreendedorismo, educação e desenvolvimento territorial.

Figura 1

Modelo conceitual da educação empreendedora situada e dos ecossistemas territoriais



O modelo conceptual evidencia uma relação sistémica entre educação empreendedora situada, desenvolvimento de competências empreendedoras, ecossistemas regionais colaborativos e processos de desenvolvimento territorial. As relações apresentadas não devem ser interpretadas de forma linear, mas como dinâmicas interdependentes e mutuamente reforçadoras, mediadas por fatores institucionais, culturais e territoriais.

3. METODOLOGIA

3.1 Natureza da investigação

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, exploratória e interpretativa, orientada para compreender as relações entre educação empreendedora situada, ecossistemas regionais e desenvolvimento territorial no Nordeste brasileiro. Esta opção metodológica é coerente com estudos que procuram analisar fenómenos complexos, multidimensionais e socialmente construídos, nos quais os significados, as práticas institucionais e as dinâmicas territoriais assumem centralidade analítica (Creswell & Poth, 2018).

O estudo parte da compreensão do empreendedorismo como fenómeno territorialmente enraizado e institucionalmente mediado, assumindo que os processos de aprendizagem, inovação e desenvolvimento regional emergem da interação entre atores, políticas públicas, redes colaborativas, instituições educativas e contextos socioculturais específicos. Neste enquadramento epistemológico, privilegia-se uma leitura interpretativa das experiências analisadas, procurando identificar padrões, convergências e categorias emergentes relacionadas com educação empreendedora, ecossistemas regionais e pedagogias territorializadas.

A escolha da abordagem qualitativa revela-se particularmente pertinente em territórios marcados

por desigualdades estruturais, informalidade econômica e forte diversidade sociocultural, onde metodologias exclusivamente quantitativas tendem a apresentar limitações na compreensão das dinâmicas institucionais, comunitárias e educativas. Neste sentido, o estudo procura captar não apenas iniciativas formais de empreendedorismo, mas também narrativas, práticas pedagógicas, formas de cooperação territorial e processos de construção coletiva de desenvolvimento.

Do ponto de vista conceitual, a investigação sustenta-se em três eixos analíticos centrais desenvolvidos ao longo do artigo: educação empreendedora situada, pedagogias territorializadas e educação empreendedora como infraestrutura social. Estes conceitos orientaram tanto a leitura teórica como a interpretação empírica das experiências analisadas.

3.2 Corpus empírico e contexto de análise

O corpus empírico foi constituído a partir das experiências apresentadas no 35.º Fórum Internacional Permanente de Educação para o Empreendedorismo (Fipee), realizado online em junho de 2025 sobre o empreendedorismo no Nordeste brasileiro. O evento reuniu investigadores, representantes institucionais, profissionais da educação, gestores públicos, especialistas do Sebrae e atores ligados ao desenvolvimento territorial nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O Fipee constituiu-se como espaço privilegiado de observação científica, circulação de experiências e produção de conhecimento sobre educação empreendedora e desenvolvimento regional. A diversidade territorial e institucional dos participantes permitiu reunir evidências relacionadas com políticas públicas, metodologias educativas, estratégias de inclusão produtiva, práticas de inovação territorial e formas de

articulação entre educação e ecossistemas empreendedores.

O corpus analisado integrou:

- relatório sistematizado do fórum;
- transcrição das apresentações e intervenções realizadas durante o evento;
- notas de observação científica produzidas ao longo das sessões;
- documentos institucionais e materiais de apoio apresentados pelos participantes;
- evidências relacionadas com programas e iniciativas desenvolvidos nos estados analisados.

As experiências estaduais não foram tratadas como estudos de caso em sentido estrito, mas como unidades narrativas de evidência interpretadas comparativamente. Esta opção metodológica permitiu privilegiar uma leitura transversal das experiências, identificando convergências, especificidades territoriais e padrões emergentes relacionados com educação empreendedora, ecossistemas regionais e desenvolvimento territorial.

A relevância empírica do corpus foi reforçada pela complementaridade entre os dados do fórum e os indicadores apresentados no Global Entrepreneurship Monitor - GEM Brasil 2024, particularmente no que se refere à atividade empreendedora, empreendedorismo por necessidade, competências percebidas, uso de tecnologias digitais e intenções empreendedoras da população brasileira.

3.3 Procedimentos metodológicos

A investigação foi desenvolvida a partir de quatro procedimentos metodológicos complementares: análise documental, observação científica, análise narrativa e sistematização temática.

A análise documental incidu sobre relatórios, apresentações, documentos institucionais e materiais produzidos no âmbito do 35.º Fipee. Segundo Bowen (2009), a análise documental constitui procedimento relevante na investigação qualitativa por permitir examinar documentos como fontes sistemáticas de evidência, contribuindo para identificação de categorias, discursos e padrões interpretativos. No presente estudo, este procedimento possibilitou mapear estratégias educativas, práticas institucionais, políticas territoriais e iniciativas relacionadas com empreendedorismo e desenvolvimento regional.

A observação científica foi realizada durante o fórum, incidindo sobre interações, discursos, narrativas institucionais e debates produzidos pelos participantes. Este procedimento permitiu captar dimensões contextuais dificilmente acessíveis apenas através de documentos escritos, particularmente no que se refere às relações entre educação, território, inclusão produtiva e redes colaborativas.

A análise narrativa concentrou-se nas experiências apresentadas pelos representantes estaduais. Procurou-se compreender como os atores institucionais interpretam os desafios territoriais, estruturam estratégias educativas e mobilizam ecossistemas regionais para fortalecimento do empreendedorismo e da inovação territorial.

Por fim, procedeu-se à sistematização temática das evidências recolhidas. A análise seguiu um processo de codificação dedutivo-indutiva, articulando categorias derivadas da literatura científica com categorias emergentes identificadas no corpus empírico. Este procedimento aproxima-se da análise temática proposta por Braun e Clarke (2021), entendida como método flexível de identificação, organização e interpretação de padrões de significado em dados qualitativos.

A combinação destes procedimentos permitiu construir uma leitura interpretativa e comparativa

das experiências analisadas, articulando fundamentação teórica, evidência empírica e sensibilidade contextual.

3.4 Categorias analíticas

A análise foi estruturada em torno de cinco categorias analíticas principais:

1. ecossistemas regionais;
2. educação empreendedora situada;
3. competências empreendedoras;
4. inclusão produtiva e inovação territorial;
5. desenvolvimento territorial sustentável.

A categoria “ecossistemas regionais” procurou identificar formas de articulação entre universidades, escolas, governos locais, incubadoras, organizações de apoio, Sebrae e redes territoriais de inovação. A análise centrou-se particularmente nas dinâmicas colaborativas e nos mecanismos institucionais de fortalecimento do empreendedorismo regional.

A categoria “educação empreendedora situada” incidiu sobre metodologias pedagógicas, estratégias formativas, aprendizagem experiencial, projeto de vida e integração entre educação e território. Procurou-se compreender de que forma as iniciativas analisadas incorporam práticas pedagógicas territorializadas e sensíveis às especificidades socioculturais locais.

A dimensão das “competências empreendedoras” contemplou elementos como criatividade, autonomia, resolução de problemas, colaboração, pensamento crítico e competências socioemocionais. Esta categoria permitiu analisar como as experiências educativas procuram fortalecer capacidades individuais e coletivas associadas à ação empreendedora.

A categoria “inclusão produtiva e inovação territorial” incidiu sobre práticas relacionadas com

economia criativa, economia solidária, participação comunitária, empreendedorismo social e valorização cultural. O objetivo foi compreender como as iniciativas articulam empreendedorismo, inclusão e desenvolvimento local.

Por fim, a categoria “desenvolvimento territorial sustentável” procurou identificar evidências relacionadas com fortalecimento comunitário, coesão territorial, sustentabilidade, inovação institucional e ampliação das oportunidades económicas e educativas nos territórios analisados.

3.5 Validade interpretativa e limitações do estudo

A validade interpretativa da investigação foi reforçada através da triangulação entre literatura científica, análise documental, observação científica, análise narrativa e comparação transversal das experiências estaduais. A articulação entre diferentes fontes e procedimentos metodológicos contribuiu para aumentar a consistência analítica e reduzir riscos de interpretações excessivamente descritivas ou unilaterais.

A integração entre evidências qualitativas do 35.º Fipee e indicadores do GEM Brasil 2024 permitiu igualmente ampliar a robustez interpretativa do estudo, articulando leitura territorial, dados empíricos e tendências nacionais do empreendedorismo brasileiro.

Contudo, a investigação apresenta limitações inerentes à sua natureza qualitativa e exploratória. O estudo baseia-se predominantemente em narrativas institucionais, documentos e observação científica associada a um evento académico, não incluindo entrevistas aprofundadas, acompanhamento longitudinal ou mensuração direta dos impactos das iniciativas analisadas.

Além disso, as experiências estudadas correspondem a realidades territoriais específicas e não

permitem generalizações estatísticas para o conjunto do Nordeste brasileiro. Ainda assim, o estudo oferece contributos relevantes para compreensão das relações entre educação empreendedora, ecossistemas regionais e desenvolvimento territorial, particularmente ao evidenciar a importância das pedagogias territorializadas, das redes colaborativas e da educação empreendedora como infraestrutura social em territórios historicamente vulnerabilizados.

4 CONTEXTO REGIONAL: empreendedorismo no Nordeste brasileiro

O Nordeste brasileiro ocupa posição estratégica no contexto económico, social e territorial da América Latina. Composto por nove estados e reunindo aproximadamente um quarto da população brasileira, o território nordestino caracteriza-se por elevada diversidade cultural, ambiental e produtiva, coexistindo com profundas assimetrias históricas relacionadas com rendimento, infraestrutura, educação e oportunidades económicas. Ao longo das últimas décadas, contudo, a região tem evidenciado crescente dinamismo económico, diversificação produtiva e emergência de novos ecossistemas regionais de empreendedorismo e inovação.

Esta transformação ocorre num contexto marcado por tensões estruturais. Por um lado, persistem desafios associados à informalidade laboral, vulnerabilidade socioeconómica, desigualdade territorial e fragilidade institucional. Por outro, observam-se processos de expansão universitária, interiorização do ensino superior, fortalecimento de políticas públicas, ampliação das redes de inovação e crescimento de setores económicos estratégicos. Estas dinâmicas contribuem para reconfigurar o papel do empreendedorismo no desenvolvimento regional.

Os dados do *Global Entrepreneurship Monitor - GEM Brasil 2024* evidenciam a centralidade do

empreendedorismo na realidade brasileira. O relatório indica que 33,4% da população adulta do país está envolvida em negócios iniciais ou estabelecidos, correspondendo a cerca de 46,9 milhões de empreendedores. O Brasil apresenta ainda níveis elevados de intenção empreendedora: 49,8% dos não empreendedores afirmam pretender iniciar um negócio nos próximos três anos.

Embora o GEM não apresente todos os indicadores desagregados por estado nordestino, os dados nacionais ajudam a compreender tendências particularmente relevantes para a região.

Em 2024, cerca de 45% dos empreendedores iniciais afirmaram ter iniciado um negócio por necessidade, refletindo o aumento da instabilidade laboral e da escassez de oportunidades formais de emprego. Esta realidade adquire especial significado no Nordeste brasileiro, onde o empreendedorismo frequentemente surge articulado a estratégias de sobrevivência econômica, inclusão produtiva e adaptação às condições territoriais existentes.

Ao mesmo tempo, os indicadores do GEM revelam elevado nível de autopercepção empreendedora. Aproximadamente 67,4% da população adulta brasileira considera possuir conhecimentos, habilidades e experiência para iniciar um negócio. Este dado sugere a existência de importante capital empreendedor potencial, cuja concretização depende da capacidade de articulação entre educação, ecossistemas regionais, políticas públicas e oportunidades territoriais.

No Nordeste brasileiro, esta articulação assume características específicas. A literatura sobre empreendedorismo regional demonstra que territórios marcados por desigualdades estruturais tendem a desenvolver formas de empreendedorismo fortemente associadas à proximidade comunitária, à utilização de recursos locais, às redes sociais e às dinâmicas territoriais (Jardim, 2020). Nestes contextos, o empreendedorismo ultrapassa frequentemente a dimensão

estritamente empresarial, assumindo funções relacionadas com inclusão social, fortalecimento comunitário, valorização cultural e inovação territorial.

As experiências analisadas no Fipee confirmam esta leitura. O relatório do evento evidencia que o empreendedorismo nordestino se encontra fortemente ligado a setores como turismo sustentável, energias renováveis, agronegócio familiar, bioeconomia, economia criativa e tecnologia. Estas áreas revelam a crescente valorização dos recursos territoriais e das potencialidades locais como base para estratégias de desenvolvimento regional.

A expansão das energias renováveis constitui exemplo particularmente expressivo destas transformações. Estados como Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará tornaram-se referências nacionais na produção de energia eólica e solar, atraindo investimentos e estimulando processos de inovação tecnológica, qualificação profissional e desenvolvimento económico regional. Do mesmo modo, o turismo sustentável e a economia criativa têm impulsionado iniciativas empreendedoras relacionadas com património cultural, gastronomia, artesanato, audiovisual e identidade territorial.

O agronegócio familiar e a bioeconomia assumem igualmente relevância crescente, sobretudo em territórios rurais e semiáridos. A valorização da agricultura familiar, das cadeias curtas de comercialização e dos produtos regionais favorece o fortalecimento de economias locais e de redes cooperativas territorializadas. Nestes contextos, o empreendedorismo aparece frequentemente associado à economia solidária, à cooperação comunitária e à inovação de base local.

Outro elemento relevante refere-se à transformação digital dos ecossistemas empreendedores. Segundo o GEM Brasil 2024, 96,2% dos empreendedores iniciais utilizam tecnologias digitais ou aplicativos para comercialização de produtos e serviços, enquanto 81,9% pretendem ampliar esse uso nos meses

seguintes. Esta tendência evidencia a crescente digitalização do empreendedorismo brasileiro, incluindo territórios historicamente afastados dos grandes centros tecnológicos.

Contudo, a expansão digital convive com limitações estruturais importantes. O acesso desigual à conectividade, à qualificação tecnológica e aos mecanismos de financiamento continua a dificultar a consolidação de iniciativas inovadoras em muitos territórios nordestinos. Além disso, os dados do GEM revelam baixa formalização dos negócios: apenas 39,0% dos empreendedores iniciais possuíam CNPJ em 2024. Este dado reforça a importância de políticas de apoio, educação empreendedora e fortalecimento institucional para sustentabilidade dos ecossistemas regionais.

A literatura sobre regiões empreendedoras sustenta precisamente que o desenvolvimento territorial depende não apenas de recursos econômicos, mas também da capacidade de articulação entre universidades, escolas, governos locais, incubadoras, organizações de apoio, capital humano e redes colaborativas (Guerrero et al., 2020; Jardim, 2020). Nesta perspectiva, os ecossistemas empreendedores são compreendidos como sistemas territoriais integrados, nos quais aprendizagem, inovação, governança e desenvolvimento regional se encontram profundamente interdependentes.

No Nordeste brasileiro, instituições como Sebrae, universidades públicas, institutos federais, parques tecnológicos, hubs de inovação e governos estaduais desempenham papel estratégico na consolidação destes ecossistemas. O 35.º Fipee evidenciou crescente expansão de programas de incubação, aceleração de startups, formação empreendedora, inovação pública e articulação entre educação e território. Contudo, os níveis de maturidade institucional permanecem desiguais entre estados e municípios.

É neste quadro que a educação empreendedora assume relevância estratégica. Em territórios marcados por vulnerabilidades históricas, a formação em-

empreendedora pode contribuir para fortalecer competências, ampliar capacidades de ação e consolidar redes territoriais de inovação. Quando articulada aos ecossistemas locais e às especificidades socioculturais dos territórios, a educação empreendedora tende a produzir efeitos que ultrapassam a criação de negócios, favorecendo inclusão produtiva, protagonismo juvenil e fortalecimento comunitário.

O Nordeste brasileiro apresenta, assim, características particularmente relevantes para reflexão sobre empreendedorismo, educação e desenvolvimento territorial. A coexistência entre desigualdades persistentes e forte capacidade de inovação local transforma a região num espaço privilegiado para compreender como práticas educativas, ecossistemas regionais e redes institucionais podem contribuir para construção de formas mais inclusivas e territorialmente enraizadas de desenvolvimento empreendedor.

5 RESULTADOS: evidências do 35.º Fipee

A análise das experiências apresentadas no Fipee permitiu identificar dinâmicas emergentes relacionadas com educação empreendedora, ecossistemas regionais, inclusão produtiva e desenvolvimento territorial no Nordeste brasileiro. Embora os estados analisados apresentem contextos institucionais e socioeconômicos distintos, observaram-se convergências significativas na forma como a educação empreendedora vem sendo mobilizada como estratégia de fortalecimento territorial e construção de capacidades locais.

As evidências recolhidas sugerem que as iniciativas de maior consistência não são necessariamente aquelas centradas apenas na criação de empresas, mas as que conseguem articular práticas pedagógicas, redes institucionais, participação comunitária e valorização das especificidades territoriais. Em vez

de modelos padronizados de formação empreendedora, as experiências analisadas apontam para abordagens territorializadas, colaborativas e socialmente orientadas.

A interpretação dos resultados foi organizada em quatro dimensões principais: (i) fortalecimento dos ecossistemas regionais; (ii) educação empreendedora e desenvolvimento de competências; (iii) inclusão produtiva e inovação territorial; e (iv) desafios estruturais e limites institucionais.

5.1 Ecossistemas regionais e articulação institucional

Um dos aspectos mais evidentes nas experiências analisadas refere-se ao fortalecimento progressivo dos ecossistemas empreendedores regionais. Em diferentes estados nordestinos observou-se crescente articulação entre universidades, escolas, Sebrae, governos estaduais, municípios, incubadoras, organizações comunitárias e iniciativas privadas ligadas à inovação e ao empreendedorismo.

Mais do que estruturas formais isoladas, os ecossistemas apresentados no Fipee revelam dinâmicas baseadas em cooperação institucional, redes territoriais e articulação entre educação e desenvolvimento local. Esta tendência confirma a perspectiva defendida por Jardim (2020), segundo a qual regiões empreendedoras dependem da interação sistêmica entre capital humano, políticas públicas, instituições educativas e cultura colaborativa.

No caso de Alagoas, destacou-se a consolidação de iniciativas ligadas ao turismo, economia do mar, agronegócio familiar e economia criativa. As intervenções evidenciaram o papel estratégico do Sebrae e das políticas estaduais de inovação na dinamização de pequenos negócios e projetos territoriais. Contudo, mais relevante do que a descrição setorial foi a percepção de

que o desenvolvimento empreendedor depende da capacidade de integrar atores institucionais, recursos locais e estratégias de formação.

Na Bahia, particularmente no contexto de Alagoinhas, observou-se forte valorização das redes territoriais e da economia solidária. As experiências analisadas indicam que os ecossistemas locais tendem a fortalecer-se quando articulam cultura, identidade territorial, participação comunitária e empreendedorismo criativo. Neste caso, o empreendedorismo assume função de mediação entre inclusão produtiva e valorização cultural.

Pernambuco apresentou um nível mais elevado de articulação entre educação, políticas públicas e desenvolvimento regional. As iniciativas analisadas revelaram uma abordagem sistêmica, integrando educação integral, competências socioemocionais, projeto de vida e empreendedorismo no quadro das políticas educativas estaduais. A centralidade atribuída à formação humana sugere compreensão ampliada do empreendedorismo como processo educativo e territorial, e não apenas econômico.

Os resultados mostram ainda que os ecossistemas regionais nordestinos se encontram em diferentes níveis de maturidade institucional. Enquanto alguns territórios apresentam estruturas mais consolidadas de apoio ao empreendedorismo, outros permanecem fortemente dependentes de lideranças específicas e iniciativas pontuais. Ainda assim, a tendência dominante aponta para ampliação das redes colaborativas e maior integração entre educação, inovação e governança territorial.

5.2 Educação empreendedora situada e desenvolvimento de competências

A educação empreendedora emergiu como eixo transversal das experiências analisadas, particularmente no que se refere ao desenvolvimento de competên-

cias, protagonismo juvenil e articulação entre aprendizagem e território. Em praticamente todos os estados representados no Fipee identificou-se deslocamento conceptual importante: o empreendedorismo deixou de ser entendido apenas como preparação para criação de negócios e passou a ser associado ao desenvolvimento humano, à autonomia e à capacidade de ação.

As práticas observadas aproximam-se do conceito de educação empreendedora situada proposto neste estudo. As iniciativas mais consistentes foram precisamente aquelas que relacionaram metodologias ativas, aprendizagem experiencial e resolução de problemas concretos com as realidades socioculturais dos estudantes e dos territórios.

No Rio Grande do Norte, destacou-se o Projeto Despertar, desenvolvido em parceria com o Sebrae, bem como as olimpíadas empreendedoras dirigidas a estudantes da educação básica. Mais do que incentivar comportamentos empresariais, as experiências analisadas procuraram fortalecer criatividade, protagonismo juvenil, competências socioemocionais e capacidade de intervenção comunitária.

A interpretação das evidências sugere que estas iniciativas funcionam como dispositivos de mobilização social e educativa, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade juvenil e escassez de oportunidades. O empreendedorismo aparece, neste contexto, como linguagem pedagógica capaz de fortalecer autoestima, participação e construção de projetos de vida.

As experiências pernambucanas reforçaram esta dimensão. A articulação entre educação integral, projeto de vida e metodologias ativas evidenciou forte preocupação com desenvolvimento de competências transversais, aprendizagem colaborativa e resolução de problemas reais. Observou-se que o empreendedorismo é trabalhado menos como disciplina isolada e mais como eixo estruturante da formação humana e cidadã.

No caso de Sergipe, destacou-se o processo de institucionalização curricular da educação empreendedora no ensino médio. A implementação formal da disciplina de empreendedorismo revelou preocupação com formação docente, interdisciplinaridade e integração entre aprendizagem empreendedora e desenvolvimento territorial. A relevância desta experiência reside não apenas na introdução curricular do tema, mas na tentativa de consolidar uma cultura educativa mais conectada aos desafios contemporâneos dos territórios.

Os resultados indicam ainda que o desenvolvimento de competências empreendedoras está fortemente associado a competências socioemocionais e relacionais. Criatividade, autonomia, colaboração, pensamento crítico, resiliência e resolução de problemas surgiram de forma recorrente nas experiências analisadas. Esta evidência converge com Jardim (2021), ao destacar que as competências empreendedoras devem ser compreendidas como capacidades amplas de ação em contextos complexos, e não apenas como competências empresariais.

5.3 Inclusão produtiva, inovação territorial e criatividade comunitária

Outro resultado particularmente relevante refere-se à forte presença da dimensão social e territorial do empreendedorismo nas experiências analisadas. Em diferentes contextos nordestinos, identificaram-se iniciativas que articulam empreendedorismo, inclusão produtiva, valorização cultural e participação comunitária.

Na Bahia, a economia solidária e a economia criativa surgiram como estratégias centrais de desenvolvimento local. As experiências analisadas mostraram que iniciativas empreendedoras ligadas à cultura, ao artesanato, à gastronomia e às redes comunitárias possuem elevada capacidade de mobilização territo-

rial. Neste caso, o empreendedorismo funciona não apenas como mecanismo económico, mas também como processo de afirmação identitária e fortalecimento das relações comunitárias.

Em Alagoas, setores como turismo sustentável, economia do mar e economia criativa foram apresentados como oportunidades estratégicas para geração de emprego e dinamização territorial. Contudo, as evidências sugerem que o diferencial competitivo destes setores reside precisamente na articulação entre recursos locais, cultura territorial e redes colaborativas.

As experiências do Rio Grande do Norte evidenciaram igualmente preocupação com diversidade e inclusão. A incorporação de grupos historicamente marginalizados em iniciativas de educação empreendedora revela compreensão ampliada do empreendedorismo como instrumento de participação social e democratização de oportunidades.

Estes resultados permitem interpretar o empreendedorismo nordestino para além da lógica tradicional da competitividade empresarial. Em muitos casos, empreender aparece associado à criação de respostas coletivas para desafios territoriais, à valorização de recursos locais e à construção de alternativas económicas mais inclusivas.

As evidências analisadas reforçam, assim, a pertinência do conceito de educação empreendedora como infraestrutura social. As experiências mais consistentes foram precisamente aquelas capazes de fortalecer redes, ampliar capital social, conectar instituições e criar ambientes colaborativos de aprendizagem e inovação territorial.

5.4 Desafios estruturais e limites institucionais

Apesar das potencialidades identificadas, os resultados também evidenciaram desafios persistentes para consolidação dos ecossistemas regionais e expan-

são da educação empreendedora no Nordeste brasileiro.

O acesso limitado a financiamento e capital de risco foi apontado de forma recorrente como obstáculo para sustentabilidade de iniciativas empreendedoras, sobretudo em territórios com menor capacidade institucional. Pequenos negócios, startups e projetos de inovação frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas com acesso a crédito, formalização e continuidade das ações.

Outro desafio relevante refere-se à necessidade de maior integração entre sistemas educativos, universidades, setor produtivo e políticas públicas territoriais. Embora tenham sido identificadas experiências significativas de cooperação institucional, muitos ecossistemas regionais ainda apresentam reduzida articulação sistêmica, dificultando transformação do conhecimento em desenvolvimento territorial mais estruturado.

As desigualdades educacionais e territoriais continuam igualmente a limitar a expansão das iniciativas. A sustentabilidade dos programas de educação empreendedora depende frequentemente de lideranças específicas, projetos temporários ou recursos institucionais instáveis. Em alguns casos, observou-se fragilidade na formação docente e dificuldade de integração curricular das metodologias empreendedoras.

Também a consolidação de pedagogias territorializadas enfrenta desafios importantes. A adaptação curricular, a interdisciplinaridade, o reconhecimento institucional e a articulação entre educação e território continuam a exigir investimento político, institucional e pedagógico.

Apesar destas limitações, as experiências analisadas revelam crescente capacidade de construção de ecossistemas colaborativos e estratégias territorializadas de desenvolvimento empreendedor. Os resultados sugerem que práticas educativas conectadas às realidades locais e integradas a redes institucionais possuem maior potencial para fortalecer inclusão produtiva, participação comunitária e desenvolvimento regional.

Tabela 1

Síntese comparativa das experiências estaduais apresentadas no 35.º Fipee

Estado	Foco principal	Estratégias educativas	Efeitos identificados	Principais desafios
Alagoas	Turismo, economia do mar e inovação	Parcerias institucionais e articulação territorial	Fortalecimento territorial e diversificação econômica	Financiamento e integração universidade-território
Rio Grande do Norte	Juventude e inclusão	Projeto Despertar e olimpíadas empreendedoras	Protagonismo juvenil e inclusão produtiva	Continuidade institucional
Pernambuco	Educação integral e projeto de vida	Metodologias ativas e competências socioemocionais	Participação escolar e formação cidadã	Infraestrutura e desigualdades educacionais
Sergipe	Institucionalização curricular	Disciplina de empreendedorismo e formação docente	Consolidação da cultura empreendedora	Sustentabilidade das políticas
Bahia	Economia solidária e criativa	Redes territoriais e valorização cultural	Inclusão comunitária e fortalecimento identitário	Ampliação das redes de apoio

Fonte: Elaboração própria com base no 35.º Fipee.

6 DISCUSSÃO

Os resultados analisados evidenciam que o empreendedorismo no Nordeste brasileiro não pode ser compreendido apenas a partir de abordagens centradas na criação de empresas ou na racionalidade econômica de mercado. As experiências apresentadas no 35.º Fipee revelam dinâmicas territoriais complexas, nas quais educação, redes institucionais, inclusão produtiva e desenvolvimento regional se articulam de forma interdependente. Neste sentido, o estudo reforça a necessidade de interpretar o empreendedorismo como fenômeno situado, relacional e institucionalmente mediado.

As evidências observadas convergem com a literatura contemporânea sobre ecossistemas empreendedores, particularmente no que se refere ao papel das redes colaborativas, da governança territorial e

do capital social na promoção do desenvolvimento regional (Guerrero et al., 2020; Stam, 2015). Contudo, os resultados também revelam especificidades frequentemente subestimadas pelos modelos dominantes produzidos em contextos urbano-industriais de elevada densidade tecnológica e forte disponibilidade de capital financeiro.

Enquanto parte significativa da literatura internacional privilegia ecossistemas centrados em startups tecnológicas, venture capital e inovação empresarial, os casos nordestinos analisados evidenciam territórios marcados por informalidade econômica, desigualdade estrutural, redes comunitárias e forte valorização da cultura local. Esta constatação aproxima-se da crítica desenvolvida por Jardim (2020), ao defender que regiões empreendedoras dependem de processos territorialmente enraizados, nos quais capital humano, cultura colaborativa, políticas públicas e identidade regional desempenham papel estruturante.

Neste quadro, a educação empreendedora situada emerge como contributo para o fortalecimento dos ecossistemas regionais. As experiências analisadas sugerem que práticas pedagógicas baseadas em metodologias ativas, aprendizagem experiencial, projeto de vida e resolução de problemas concretos produzem maior relevância quando articuladas às realidades socioculturais dos territórios. Esta evidência reforça as perspectivas de Nabi et al. (2017), Fayolle (2013) e Jardim e Sousa (2023), segundo as quais a eficácia da educação empreendedora depende da integração entre aprendizagem, experiência e contexto.

Ao mesmo tempo, os resultados permitem problematizar modelos formativos excessivamente padronizados e orientados apenas pela competitividade individual. Nos territórios analisados, a formação empreendedora assume dimensões mais amplas, relacionadas com participação comunitária, inclusão produtiva, fortalecimento identitário e desenvolvimento local. O empreendedorismo aparece, assim, menos

como finalidade exclusivamente econômica e mais como prática coletiva de construção de respostas aos desafios territoriais.

Esta interpretação aproxima-se das abordagens de empreendedorismo transformador e das pedagogias críticas da aprendizagem, que defendem a centralidade da participação, da experiência e da contextualização sociocultural nos processos educativos (Freire, 1996; Mezirow, 1997). No caso nordestino, as experiências analisadas revelam que a aprendizagem empreendedora tende a adquirir maior significado quando vinculada aos problemas concretos das comunidades, às identidades locais e às dinâmicas colaborativas dos territórios.

Neste sentido, as pedagogias territorializadas constituem um dos principais contributos conceptuais do estudo. Diferentemente de abordagens desconcontextualizadas, estas pedagogias reconhecem o território como dimensão epistemológica, cultural e política da aprendizagem. O desenvolvimento de competências empreendedoras deixa de ser concebido apenas como aquisição de capacidades empresariais e passa a envolver processos de construção coletiva de conhecimento, participação social e mobilização comunitária.

A análise das experiências estaduais evidencia ainda que práticas educativas isoladas tendem a apresentar menor capacidade de continuidade e impacto quando não integradas em ecossistemas colaborativos envolvendo escolas, universidades, municípios, incubadoras, organizações comunitárias e políticas públicas territoriais. Em contrapartida, as iniciativas mais consistentes foram precisamente aquelas que demonstraram maior articulação entre dimensões educativas, institucionais e territoriais.

Esta constatação reforça a pertinência do modelo conceptual proposto no estudo, segundo o qual a transformação territorial resulta da interação sistémica entre educação empreendedora situada, competências empreendedoras, ecossistemas regionais e

redes colaborativas. A aprendizagem empreendedora não deve, portanto, ser interpretada como processo individual isolado, mas como prática social mediada por instituições, políticas públicas, cultura local e relações comunitárias.

Os resultados também evidenciam a relevância da dimensão político-institucional para consolidação dos ecossistemas regionais. As experiências analisadas sugerem que governança multinível, cooperação interinstitucional e capacidade local de articulação constituem fatores decisivos para sustentabilidade das iniciativas. Esta interpretação converge com as perspectivas de smart governance e place-based development, ao destacar que o desenvolvimento regional depende da capacidade dos territórios de coordenar recursos, atores e estratégias de forma integrada.

Neste domínio, os contributos de Jardim sobre municípios empreendedores reforçam a importância das redes colaborativas, da governança territorial e das políticas públicas locais na dinamização dos ecossistemas regionais. Os resultados sugerem que o fortalecimento do empreendedorismo regional exige mais do que incentivos económicos isolados, dependendo igualmente da capacidade institucional dos territórios para criar ambientes colaborativos de aprendizagem, inovação e participação social.

Outro aspeto particularmente relevante refere-se à valorização da criatividade comunitária, da economia solidária e da inclusão produtiva nas experiências analisadas.

Diferentemente de modelos centrados apenas na competitividade empresarial, muitas iniciativas nordestinas associam empreendedorismo a cultura local, participação social e fortalecimento comunitário. Esta dinâmica revela especificidades importantes de territórios marcados por desigualdades persistentes, nos quais sobrevivência económica, identidade territorial e cooperação comunitária coexistem de forma interdependente.

Ao posicionar o Nordeste brasileiro como espaço de aprendizagem territorializada e inovação pedagógica, o estudo amplia a visibilidade das experiências latino-americanas no campo da educação empreendedora. As evidências analisadas sugerem que territórios historicamente vulnerabilizados não devem ser interpretados apenas como espaços de carência, mas também como produtores de conhecimento, criatividade social e alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Neste sentido, o artigo oferece contributos para três debates contemporâneos. Primeiro, amplia a compreensão do empreendedorismo como fenómeno territorialmente situado e institucionalmente mediado. Segundo, reforça a necessidade de abordagens pedagógicas adaptadas às realidades locais e culturalmente contextualizadas. Terceiro, contribui para consolidar perspetivas latino-americanas no campo dos ecossistemas empreendedores e do desenvolvimento territorial.

Do ponto de vista conceptual, o principal contributo do estudo consiste em defender a educação empreendedora como infraestrutura social de desenvolvimento territorial. Esta perspetiva permite ultrapassar leituras restritivas da educação empreendedora como mera preparação para o mercado, reconhecendo o seu potencial para fortalecer redes comunitárias, ampliar capacidades coletivas e dinamizar processos de inovação territorial.

Assim, o Nordeste brasileiro emerge não apenas como objeto empírico de análise, mas como espaço produtor de conhecimento sobre empreendedorismo, aprendizagem e desenvolvimento territorial em contextos marcados por elevada diversidade sociocultural e desafios estruturais persistentes.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo analisou o papel da educação empreendedora no fortalecimento dos ecossistemas empreendedores e nos processos de desenvolvimento territorial do Nordeste brasileiro, a partir das experiências apresentadas no Fipee. Os resultados evidenciaram que as dinâmicas empreendedoras observadas na região não podem ser interpretadas exclusivamente por modelos centrados na criação de empresas ou na racionalidade econômica de mercado. Pelo contrário, as experiências analisadas revelam formas de empreendedorismo profundamente influenciadas pelas especificidades socioculturais, institucionais e territoriais dos contextos locais.

A investigação demonstrou que as iniciativas com maior capacidade de continuidade e impacto são aquelas que articulam práticas pedagógicas ativas, desenvolvimento de competências empreendedoras, redes institucionais colaborativas e valorização das identidades territoriais. A articulação entre escolas, universidades, municípios, Sebrae, incubadoras e organizações comunitárias revelou-se particularmente relevante para consolidação de ecossistemas regionais mais integrados e colaborativos.

Neste sentido, o estudo reforça a ideia de que a educação empreendedora adquire maior relevância quando se encontra vinculada às realidades concretas dos territórios e às necessidades das comunidades. Mais do que simples preparação para o mercado, a aprendizagem empreendedora surge como processo de fortalecimento humano, participação social e mobilização territorial. As experiências analisadas mostram que criatividade, autonomia, protagonismo juvenil, cooperação e resolução de problemas locais constituem dimensões centrais das práticas educativas mais consistentes.

Do ponto de vista conceptual, o artigo propõe três contributos articulados. O primeiro consiste no

conceito de educação empreendedora situada, entendido como abordagem pedagógica que integra aprendizagem empreendedora, território e contexto sociocultural. O segundo refere-se às pedagogias territorializadas, que reconhecem o território como dimensão epistemológica, cultural e política da formação empreendedora. O terceiro - e principal contributo conceptual do estudo - consiste em compreender a educação empreendedora como infraestrutura social de desenvolvimento territorial, capaz de fortalecer redes colaborativas, ampliar capital social e dinamizar processos de inovação local.

O modelo conceptual desenvolvido reforça a ideia de que a mudança territorial não resulta de fatores isolados, mas da interação sistémica entre educação, competências, instituições, políticas públicas e ecossistemas regionais. Assim, a aprendizagem empreendedora deve ser compreendida como prática social mediada por relações territoriais, dinâmicas comunitárias e estruturas colaborativas de apoio ao desenvolvimento.

A investigação contribui igualmente para ampliar a visibilidade das experiências latino-americanas no debate internacional sobre empreendedorismo e educação empreendedora. Ao posicionar o Nordeste brasileiro como espaço de aprendizagem territorializada, inovação pedagógica e criatividade comunitária, o estudo procura contrariar leituras que reduzem territórios historicamente vulnerabilizados a espaços de carência estrutural. As evidências analisadas sugerem, pelo contrário, que estes territórios podem constituir laboratórios relevantes de inovação educativa, cooperação institucional e construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados indicam a necessidade de fortalecer estratégias integradas de educação empreendedora, governança territorial e desenvolvimento regional. A consolidação de ecossistemas colaborativos exige

investimento continuado em formação docente, metodologias ativas, incubação regional, redes de inovação e articulação entre sistemas educativos, universidades, municípios e organizações comunitárias. Além disso, impõe-se ampliar políticas de inclusão produtiva e democratização do acesso a oportunidades empreendedoras, sobretudo para jovens e grupos socialmente vulneráveis.

Naturalmente que esta investigação apresenta limitações inerentes à sua natureza qualitativa e exploratória. O estudo baseou-se predominantemente na análise documental, observação e sistematização temática das experiências apresentadas no Fipee, não incluindo entrevistas aprofundadas, acompanhamento longitudinal ou avaliação direta dos impactos das iniciativas analisadas. Futuras investigações poderão aprofundar estas dimensões através de estudos comparativos internacionais, análises longitudinais e desenvolvimento de indicadores específicos para avaliação dos efeitos territoriais da educação empreendedora.

Como agenda futura, destaca-se a relevância de observatórios regionais de educação empreendedora, redes internacionais de investigação sobre ecossistemas territoriais e modelos avaliativos mais sensíveis às especificidades socioculturais dos territórios latino-americanos. Iniciativas como a criação de uma Cátedra de Educação Empreendedora e o desenvolvimento de programas especializados de formação superior poderão contribuir para consolidação científica e institucional deste campo de investigação.

Em síntese, o Nordeste brasileiro evidencia que territórios marcados por desigualdades históricas podem simultaneamente constituir espaços de aprendizagem coletiva, criatividade comunitária e renovação dos ecossistemas regionais. Neste contexto, a educação empreendedora afirma-se não apenas como estratégia pedagógica, mas como infraestrutura crítica de desenvolvimento humano, coesão territorial e inovação socialmente orientada.

REFERÊNCIAS

Amorós, J. E., & Bosma, N. (2014). *Global entrepreneurship monitor 2013 global report*. Global Entrepreneurship Research Association.

Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27-40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>

Braun, V., & Clarke, V. (2021). *Thematic analysis: A practical guide*. Sage.

Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). Sage.

Fayolle, A. (2013). Personal views on the future of entrepreneurship education. *Entrepreneurship & Regional Development*, 25(7-8), 692-701. <https://doi.org/10.1080/08985626.2013.821318>

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Global Entrepreneurship Monitor Brasil. (2024). *Empreendedorismo no Brasil 2024: Relatório executivo*. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Guerrero, M., Liñán, F., & Cáceres-Carrasco, F. R. (2020). The influence of ecosystems on the entrepreneurship process: A comparison across developed and developing economies. *Small Business Economics*, 57(4), 1733-1759. <https://doi.org/10.1007/s11187-020-00392-2>

Isenberg, D. J. (2011). The entrepreneurship ecosystem strategy as a new paradigm for economic policy: Principles for cultivating entrepreneurship. *Presentation at the Institute of International and European Affairs*, Dublin, Ireland.

Jardim, J. (2020). Regiões empreendedoras: Descrição e avaliação dos contextos, determinantes e políticas favoráveis à sua evolução. *Revista de Divulgação Científica AICA*, 12(1), 197-212.

Jardim, J. (2021). Entrepreneurial skills to be successful in the global and digital world: Proposal for a frame of reference for entrepreneurial education. *Education Sciences*, 11(7), 356. <https://doi.org/10.3390/educsci11070356>

Jardim, J. (2022). Competências empreendedoras para ser bem-sucedido no mundo global e digital: proposta de um quadro de referência. *Video Journal of Social and Human Research*, 1(2), 1-24. <https://doi.org/10.18817/vjshr.v1i2.24>

Jardim, J. (2024). Explanatory model of the impact of globalization on entrepreneurial education: Global policies, entrepreneurial behaviors and international networks. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal*, 13(2), e2539. <https://doi.org/10.14211/regepe.esbj.e2400>

Jardim, J. (2024). Impacto da educação empreendedora na capacitação para capitalizar oportunidades na era da interconetividade. In Jardim, J. & Rodrigues, E. V. (Eds.). *Educação empreendedora e cidadania: Novos paradigmas para um futuro colaborativo* (pp. 24-46). SkillsResearch.

Jardim, J., & Rodrigues, E. V. (Eds.). (2024). *Educação empreendedora e cidadania: Novos paradigmas para um futuro colaborativo*. SkillsResearch.

Jardim, J., & Sousa, M. J. (2023). Research and trends in entrepreneurship education. *Education Sciences*, 13(7), 673. <https://doi.org/10.3390/educsci13070673>

Jardim, J., Bártolo, A., & Pinho, A. (2021). Towards a global entrepreneurial culture: A systematic review of the effectiveness of entrepreneurship education programs. *Education Sciences*, 11(8), 398. <https://doi.org/10.3390/educsci11080398>

Kantis, H., Federico, J., & Menéndez, C. (2012). *Critical issues for fostering entrepreneurship in Latin America and the Caribbean*. Inter-American Development Bank.

Kuratko, D. F., & Morris, M. H. (2018). Corporate entrepreneurship: A critical challenge for educators and researchers. *Entrepreneurship Education and Pedagogy*, 1(1), 42-60. <https://doi.org/10.1177/2515127417737291>

Lackéus, M. (2015). *Entrepreneurship in education: What, why, when, how*. OECD Publishing.

Mezirow, J. (1997). Transformative learning: Theory to practice. *New Directions for Adult and Continuing Education*, 74, 5-12. <https://doi.org/10.1002/ace.7401>

Nabi, G., Liñán, F., Fayolle, A., Krueger, N., & Walmsley, A. (2017). The impact of entrepreneurship education in higher education: A systematic review and research agenda. *Academy of Management Learning & Education*, 16(2), 277-299. <https://doi.org/10.5465/amle.2015.0026>

O'Connor, A. (2013). A conceptual framework for entrepreneurship education policy: Meeting government and economic purposes. *Journal of Business Venturing*, 28(4), 546-563. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2012.07.003>

Porfírio, J. A., Carrilho, T., Jardim, J., & Wittberg, V. (2022). Fostering entrepreneurship intentions: The role of entrepreneurship education. *Journal of Small Business Strategy*, 32(1), 1-10. <https://doi.org/10.53703/001c.32489>

Porfírio, J. A., Felício, J. A., Carrilho, T., & Jardim, J. (2023). Promoting entrepreneurial intentions from adolescents: The influence of entrepreneurial culture and education. *Journal of Business Research*, 156, 113521. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.113521>

Sebrae. (2024). *Empreendedorismo no Nordeste brasileiro: Tendências, desafios e oportunidades*. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Spigel, B. (2017). The relational organization of entrepreneurial ecosystems. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 41(1), 49-72. <https://doi.org/10.1111/etap.12167>

Stam, E. (2015). Entrepreneurial ecosystems and regional policy: A sympathetic critique. *European Planning Studies*, 23(9), 1759-1769. <https://doi.org/10.1080/09654313.2015.1061484>

Thomassen, M. L., Williams Middleton, K., Ramsgaard, M. B., Neergaard, H., & Warren, L. (2020). Conceptualizing context in entrepreneurship education: A literature review. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 26(5), 863-886. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-04-2018-0258>

Unesco. (2022). *Reimagining our futures together: A new social contract for education*. Unesco Publishing.